

Moedas portuguesas com legenda em árabe: nova leitura e discussão¹

M. Telles Antunes*

Resumo

Este trabalho diz respeito às raras moedas de cobre de D. Manuel I com legenda em árabe. Baseia-se em elementos publicados e num espécime inédito.

Apresenta-se a tradução, revista e completa, incluindo palavras que não tinham sido reconhecidas: *Min* (= de) no início da legenda e *Sebtah* (= Ceuta) no exergo. A legenda é um breve trecho, em parte aljamiado.

Prova-se, pela primeira vez, que a cunhagem foi em Ceuta (embora esta cidade tenha sido considerada, sem provas, como local da emissão).

Há pelo menos três cunhos diferentes para a legenda.

Os pesos dos espécimes inéditos e do Museu Numismático Português diferem de quase 1:2, o que excede muito as maiores variações observadas nas numerosas emissões de ceitis. Representam duas espécies monetárias (unidade e dupla unidade?) ou, talvez melhor, duas emissões com o mesmo módulo e pesos diferentes; a mais leve (exemplar inédito) poderia ser de emissão tardia, depreciada.

Apesar da possível compatibilidade de módulo e peso, as diferenças relativamente aos ceitis, em ambas as faces, são essenciais. Este facto e a ausência de referências coevas tornam arbitrária a classificação como ceitis, não provada nem justificável (ainda que aceite há muito, sem reserva nem apreciação crítica). O nome *ceitil* é inadequado; trata-se de espécie monetária à parte, que, no desconhecimento da designação coeva, deve ser denominada *felce*, nome pelo qual devia, naturalmente, ser conhecida em Marrocos.

É de rejeitar a hipótese de as cunhagens terem sido destinadas ao Oriente, para prestígio e propaganda. Parecem ter tido por objectivo o de circularem no Sul de Marrocos, com a finalidade de facilitar as relações económicas, no con-

¹ Testemunhamos o nosso reconhecimento ao Prof. Dr. Adel Sidarus, da Secção de Estudos Árabes da Universidade de Évora, pela ajuda que nos dispensou. Agradecemos ao Dr. José Carlos Kullberg a colaboração na preparação do original.

* Centro de Estratigrafia e Paleobiologia da Universidade Nova de Lisboa (INIC), Quinta da Torre, 2825 Monte de Caparica, Portugal.

texto da expansão portuguesa de então. A escassez de moeda de cobre em Marrocos teria facilitado a difusão dos felces de D. Manuel. A degradação das condições político-militares tornaram-nos inúteis. A produção cessou ainda durante o reinado de D. Manuel I, portanto até 1521, mas corresponde provavelmente à fase de expansão; portanto, as emissões devem datar de entre cerca de 1505 e 1515.

Abstract

This paper concerns the rare copper coins with legend in arabic issued by Dom Manuel I, King of Portugal (1469-1495, accession — d. 1521). It is based on published data and on a previously undescribed specimen. The conclusions are as follows.

1. *The so far published translations are not entirely accurate. The complete translation of the legend is given, including two previously unrecognized words: min (= from) at the beginning of the first line, and Sebtah (= Ceuta, town in northern Morocco then under portuguese rule) in the exergual space.*

2. *The legend is a brief, partly aljamiate text. It is more or less contemporaneous of the rare portuguese aljamiate texts, all produced in Morocco.*

3. *It is shown for the first time that these coins were issued at Ceuta. This mint has been referred as its origin by authors since Aragão as early as 1874 (see note 6), but with no evidence to support this hypothesis (even if this was a probable one).*

4. *There are at least three different (if closely similar) dies as far as the legend is concerned.*

5. *The weights of the previously undescribed specimen and that of the Museu Numismático Português one are very different: 0.78 and 1.43 g respectively (both coins rather well preserved), or nearly 1:2. This clearly exceeds the observed variation for all the emissions of ceitis (the commonest portuguese copper coin since the middle XVth century until about one hundred years later, rare specimens having been issued during the early years of king Sebastian's reign, 1557-1578). Some ceitis have been struck at Ceuta. All this suggests that there were indeed two different coin species (unit and double unit?) or, probably best, that these coins correspond to two emissions with the same module but with distinct weights. The lighter one could be a representative of a later, depreciated emission.*

6. *Notwithstanding the possible compatibility in module and weight with contemporary ceitis, there are very marked, essential differences in both obverse and reverse. This and the total lack of contemporary, entirely unknown references to the coins under study, makes its current classification as ceitis look as purely arbitrary, unwarranted and unjustified, even if it has long been accepted without reserve nor critical comment.*

7. *The name ceitil is clearly inadequate for these coins, for they represent a distinct monetary species, different from the ceitil and whose contemporary name remains unknown. Hence it is more correct to assign them the arabic name for copper coins in general: fils (plural, falus), i.e. the name such coins would probably have been known by southern moroccans in peace with the portuguese, among whom they may have circulated.*

8. The hypothesis presented elsewhere of the emission (or emissions) being produced for circulation in the East (India and other countries) then under portuguese influence for prestige and/or propaganda purposes is to be rejected.

9. These emissions seemingly have been issued for circulation in southern Morocco; they are probably related to the portuguese expansion during part (circa 1505-1515) of Manuel's reign. The main purpose seems to have been to provide small currency for the trade with the moroccans; the scarcity of copper coinages in Morocco these times may have created a void making easier the penetration into local markets of the portuguese falus, and adequate denomination for small current trade.

10. The usefulness of the portuguese falus in southern Morocco may have been a real one between circa 1505 (portuguese conquest of Santa Cruz do Cabo Guê/Agadir) and at most 1524 (conquest of Marrakesh by the second saadid Sharif, Al-Aa'raj, when nearly all trade with the portuguese ceased), but probably sooner. Portuguese falus became useless and its production ceased still during the reign of Manuel.

11. Though these coins bear no date, its production should have been accomplished between 1505 and 1521 (death of king Manuel), maybe closer to the first, still during the portuguese expansion — or aproximately between 1505 and 1515.

1. Introdução

Foram cunhadas moedas com legendas em árabe em territórios integrantes de Portugal, como as do período de taifas subsequente ao colapso dos almorávidas. Todas antecedem a conquista almóada, entre 1146 e 1159 A.D.

Não terá sido esta a principal fonte de contactos com moedas islâmicas em Portugal. Como noutros estados cristãos, circulavam dinares, dirhames e quirates, apreciados pela melhor qualidade relativamente às moedas autóctones. Ouro e prata islâmicos tinham ampla difusão, fossem ibéricos ou de outras origens desde os confins de Marrocos até o Irão e o Turquestão. Papel relevante cabe às moedas fatímidas, da África do Norte e da Sicília.

Soberanos cristãos, por afirmação de soberania ante povos islamizados, por imperativos económicos e outras razões, cunharam moedas de tipo islâmico ou imitações. Exemplos, os mancusos de Barcelona e Aragão (último terço do séc. XI) e, sobretudo, os dinares cristãos, semelhantes aos dos almorávidas (maravedis, morabitanos), emitidos por Alfonso VIII (1158-1214) e Enrique I (1214-1217), de Castela. Os últimos constituem, afinal, um tipo de transição para os morabitanos de Leão e de Portugal.

Foi notável a influência das moedas islâmicas nos reinos cristãos da Ibéria. Houve moedas de ouro e de prata castelhanas com legenda em árabe, difundidas sobretudo entre as populações islâmicas dominadas. Porém, não há qualquer vestígio de moedas árabes ibéricas denotando influência cristã em grau comparável.

Não se conhecem moedas medievais portuguesas com legendas em árabe, mesmo após a conquista de Ceuta. Nem sequer pode ser assim considerado o pretenso «ceitil» de D. João I; um real preto corroído com aspecto a lembrar vagamente legenda em árabe². Entre as guarnições e moradores das praças afri-

² GONÇALVES, N. — *The fall of a myth: the copper coin of Dom João I with arabic inscription*, in «Problems of Medieval Coinage in the Iberian area». Santarém, Instituto Politécnico de Santarém, 1984, p. 243-248.

canas ocupadas por Portugal corriam (além de outras) espécies portuguesas, sobretudo reais brancos e pretos até parte do reinado de D. Afonso V, depois os ceitis e alguma denominação de maior valia.

Após certa desaceleração, a expansão lusa no Maghreb meridional recrudescu, vigorosamente reactivada por D. Manuel I: conquistas de Agadir (Santa Cruz do Cabo Gué), em 1505; Mogador, 1506; Safim, 1508; Mazagão, 1514; e Azamor, 1514. Também houve revesses, como o abandono de Mogador (1510) e o ataque malogrado a Marrakesh (1515).

A progressão foi acompanhada de tentativas de penetração económica. Porém, exacções, corrupção, actos hostis e perda de prestígio militar prejudicaram a imagem dos Portugueses.

A maré foi mudando, em consequência da insurreição liderada pelos saáidas. Ponto de viragem terá sido a conquista do reino de Marrocos pelo 2º xerife saáida Abu'l-'Abbas Ahmed Al-Aa'raj, em 1524. Até então, as praças do Sul abasteciam-se normalmente, graças aos «mouros de pazes», com os quais havia comércio.

Com o sucesso de Al-Aa'raj, a oposição aos portugueses recrudescu. As praças em causa ficaram reduzidas à situação das do Norte — Ceuta, Alcácer Seguer, Arzila, Tânger —, a de serem abastecidas a partir de Portugal³ (ou de outros fornecedores). Só que com muito maiores problemas logísticos, requerendo dispêndio incomportável.

O processo prosseguiu com a conquista pelos saáidas de Santa Cruz do Cabo Gué (1541) e o subsequente abandono, pelos portugueses, de Safim e Azamor. Mais do que razões militares, pesou a economia. A manutenção das praças era proibitiva.

Durante o reinado de D. Manuel surgem, pela primeira e última vez, moedas portuguesas com legenda em árabe, *a priori* utilizáveis em trocas com os marroquinos. A raridade dos exemplares conhecidos significará emissões escassas, ou destruição de moedas que haviam perdido a sua função. Não consta que a experiência de emissões como estas tenha tido sequência. Eram inúteis depois de 1524. Sem comércio com os mouros, era desnecessário numerário, para o efeito.

Não obstante, as moedas de D. Manuel com legenda em árabe têm significado ímpar em toda a numária portuguesa. Por conseguinte, justifica-se a retoma do seu estudo, por nós desencadeado ao verificarmos a legenda de um exemplar até agora inédito.

2. Material disponível e alguns elementos publicados

O estudo presente baseia-se (1) em descrições e figuras referentes ao espécime do Museu Numismático Português⁴, (2) em figuras de outros exemplares⁵

³ SERRÃO, J. V. — *História de Portugal*, vol. III (1495-1580), Cacém, VERBO, 1978, p. 39.

⁴ Vejam-se: — AMARAL, C. M. A. do — *Catálogo descritivo das moedas portuguesas: Museu Numismático Português*, tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, nº 1510, p. 445; MAGRO, F. A. C. — *Ceitis*. Mem Martins, Instituto de Sintra, 1986, grupo 4, p. 206.

⁵ Vide: REIS, P. B. — *Preçário das moedas portuguesas de 1140 a 1640*. Lisboa, 1956, est. 37, fig. 50-51; GOMES, A. — *Moedas portuguesas/1128-1988*. Lisboa, Edição do autor, 1987, E₁ 11.01, p. 96.

e (3) num exemplar inédito, encontrado no castelo de Alcácer do Sal (colecção M. T. Antunes).

Uma das faces, anepígrafa, mostra o escudo coroado. Se deve ser considerada como anverso ou reverso é discutível.

A outra face é a mais interessante, com um texto em árabe, em três linhas e com sinais no exergo, inscrito num circuito delimitado por uma circunferência em relevo.

As traduções, desde a original ⁶, não são idênticas. Há quem, seguindo Aragão (*op. cit.*), mencione Ceuta como local de cunhagem, sem qualquer justificação nem prova. Podem reconhecer-se variantes.

Deficiências da impressão afectam a forma dos caracteres árabes, o que agrava as dificuldades da leitura.

Vejamos, comparativamente:

Autor	Tradução	Origem da emissão
Aragão ⁷	«Manuel Rei de Portugal»	Ceuta
Reis ⁸	—	Ceuta
Amaral ⁹	«MANUEL REI DE PORTUGAL (em três linhas)»	—
Vaz & Salgado ¹⁰ , retomando a interpretação dada por Vaz ¹¹	«Manuel Rei de Portugal»	Ceuta
Magro ¹²	«+ DE MANUEL REI DE PORTUGAL»	—
Gomes ¹³	—	—

O espécime inédito, como os demais, mostra, em três linhas, a mesma legenda básica:

Manuel
Rei
de Portugal

⁶ ARAGÃO, A. C. T. de — *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874, p. 257.

⁷ Id. — *Ibid.*, p. 257.

⁸ REIS — *Op. cit.*, p. 42 (v. nota 5).

⁹ AMARAL — *Op. cit.*, p. 432 (v. nota 4).

¹⁰ VAZ, J. F.; SALGADO, J. — *Livro das moedas de Portugal/Preçário*. Braga, 1987, p. 178.

¹¹ VAZ, J. F. — *Livro das moedas de Portugal = Book of the Coins of Portugal*, vol. I e II, Braga, 1970 e edições ulteriores.

¹² MAGRO — *Op. cit.*, p. 206 (v. nota 4).

¹³ GOMES — *Op. cit.*, p. 96 (v. nota 5).

Mais exactamente, as palavras acima indicadas seriam vertidas a partir dos caracteres árabes como segue:

Mānuwail

Sultān

Burtuqāl

(O B resulta da inexistência em árabe da bilabial surda, P; ā = a longo; ṭ = t enfático).

Porém, nem tudo fica explicado assim. Na 1ª linha há letras à direita (portanto, antes) de Manuel, como também se vê nos exemplares figurados. Há-as, igualmente, sob *Burtuqal*. Não se lhes tem sido feita referência explícita, a umas e outras, com a excepção, ainda assim indirecta, denunciada pela preposição «De»¹⁴.

3. Legenda

3.1. Palavra que precede «Manuel»

A grafia mais consentânea com o que pode observar-se nos diferentes exemplares consiste num grupo biliteral autónomo que não começa por Ālif } . Tal grupo poderia ser mim-nun م ن . A que corresponderá, na ausência de sinais indicativos das vogais (normalmente não representados nas moedas), bem como de diacríticos? Perfilam-se apenas duas hipóteses:

مِن , *min*, ou seja, *de*; esta, de longe a mais provável;

بِن , *ben*, *filho de*; a última hipótese é absolutamente ilógica e tem de ser rejeitada. Com efeito, *ben Mānuwail* significa *filho de Manuel* (e, mesmo assim, é algo estranho, visto que, na época, *filho* seria normalmente *ibn*, ابن — também com Ālif, que falta); no caso, D. João III. Ora, se a moeda fosse deste rei, era o seu nome que figuraria — esta norma nunca deixou de ser observada na numária portuguesa, sem qualquer excepção —, não se apresentando, demasiado timidamente, com o «filho de Manuel».

A hipótese precedente (*de*) não é isenta de dificuldades de aceitação, já que a proposição em causa é desconhecida, nas moedas portuguesas e nas muitas árabes de que temos notícia. Contudo, tanto a grafia como a sintaxe árabes estão correctas, o que não sucede com nenhuma outra das hipóteses verificadas — além daquelas, lógico seria o pensar num paralelismo estreito com a legenda correspondente em moedas portuguesas de D. Manuel, sempre com *Primus Emanuel* ou *Emanuel Primus*, ou ainda *Manuel*, geralmente com *Primus* abreviado para *I*. Primeiro, ou *Primus*, corresponde a *āuwal* (أول). O grupo biliteral do início da 1ª linha não pode, todavia, ter este significado: falta o Ālif (o círculo envolvente não deixa espaço para um Ālif, conforme se vê particularmente bem em Reis¹⁵, e na figura de Amaral¹⁶, que parecem referentes à mesma moeda) e jamais se viu, em qualquer espécime, um *lām* indiscuti-

¹⁴ MAGRO — *Op. cit.*, p. 206 (v. nota 4)

¹⁵ REIS — *Op. cit.*, est. 37, fig. 49 (v. nota 5).

¹⁶ AMARAL — *Op. cit.*, nº 1510, p. 44 (v. nota 4).

vel, com prolongamento superior muito mais desenvolvido do que no *nūn*. Não se trata de *āwwal*; se o fosse, verificar-se-ia que a sintaxe árabe era contrariada — o qualificativo (adjectivo) devia seguir-se ao qualificado (substantivo), o que não sucederia.

Em suma, e pese o carácter *sui generis*, devemos estar em presença, quase de certeza, de 1ª linha significando «De Manuel» (من مانول) 17.

3.2. Outras palavras do texto

A legenda compreende palavras que são exemplo de aljama portuguesa (ver capítulo 8): مانول, *Mānuwail*; e, na 3ª linha, برتوقال, *Burtuqāl*. Nem todas as letras são bem legíveis, por deficiente cunhagem ou conservação, mas a grafia não dá lugar a incerteza.

Em todos os espécimes de vêem o *mīm* (م) e o *Ālif* iniciais de *Mā*, em *Mānuwail*. O *nūn* ligado à letra seguinte (ن) é menos claro quanto ao ponto diacrítico, o qual pode parecer coalescente e prolongar a haste da letra; mesmo assim, distingue-se nas figuras do exemplar do Museu Numismático Português, no inédito, e na fig. 50 de Reis 18. Esta permite reconhecer claramente 19 o *uūw* (و), cujo círculo está obliterado nos demais. A figura do catálogo de Magro 20, referente ao do MNP, é melhor: vê-se o *uūw* embora com o círculo deficiente, seguido do *lām* final (ل).

Particularidade interessante é patenteada pela moeda da fig. 50 de Reis 21, até porque demonstra a existência de um cunho diferente: a palavra *Mānuwail* está incompleta, na 1ª linha, faltando o *lām* que, decerto por falta de espaço, foi deslocado para o princípio da linha imediata, logo antes de *Sultān*.

Enfim, desenho similar mas não idêntico distingue o exemplar agora descrito do figurado por Gomes 22, no qual o *mīm* é nitidamente mais alto. Por conseguinte, trata-se de dois cunhos quase iguais, além do outro com o *lām* deslocado para a 2ª linha. Há portanto, pelo menos três cunhos.

Nada a acrescentar quanto a *Sultān*; lê-se, em todos. É de notar que, com base na mesma moeda, a do MNP, o ponto diacrítico do *nūn* é visível na figura de Aragão 23 reproduzida por Vaz 24, mas não na de Magro 25.

Quanto a *Burtuqāl*, o *ba* (ب) está bem caracterizado pelo diacrítico, muito nítido. O *ta* (ت) dá origem a confusão, já que os pontos, se mal impressos ou em moeda mais gasta, coalescem com a haste, dando um aspecto que lembra o Y grego. Assim se vê nas figuras de Aragão, Vaz & Salgado e Magro; o confronto com as fotos de Reis e de Amaral 26 sugere o mesmo. Ao contrário,

17 Atente-se que esta é a tradução publicada por MAGRO (*Op. cit.*, p. 206, v. nota 4), mas sem justificação, discussão ou indicação do tradutor.

18 REIS — *Op. cit.*, est. 37 (v. nota 5).

19 Tal como a fig. de GOMES — *Op. cit.*, p. 96 (v. nota 5).

20 MAGRO — *Op. cit.*, p. 206 (v. nota 4).

21 REIS — *Op. cit.*, est. 37 (v. nota 5).

22 GOMES — *Op. cit.*, p. 96 (v. nota 5).

23 ARAGÃO — *Op. cit.*, est. XIV, fig. 22 (v. nota 6).

24 VAZ; SALGADO — *Op. cit.*, p. 178 (v. nota 10).

25 MAGRO — *Op. cit.*, p. 206 (v. nota 4).

26 REIS — *Op. cit.* (v. nota 5); AMARAL — *Op. cit.* (v. nota 4).

os pontos distinguem-se, com alguma dificuldade por se unirem à haste da letra, no exemplar inédito; e, nitidamente, na fig. 50 de Reis ²⁷ e na de Gomes ²⁸. A de Reis, melhor do que nos outros casos, mostra a seguir o *qāf* (ق) em que aos dois pontos parece corresponder um curto traço horizontal à esquerda do pequeno círculo que encima a letra. A figuração do *qāf* é má em Aragão, Vaz & Salgado e Magro (*op. cit.*), talvez por deficiência do espécime do MNP; parece distinto, no inédito. O *Ālif* e o *lām* são nítidos, em geral.

3.3. *Simbolos do exergo e local de cunhagem*

Até agora passaram despercebidos símbolos no exergo, incaracterísticos nas figuras publicadas e que poderiam ter sido tidos por simples ornamentos de pouco interesse.

A moeda inédita contribui para esclarecer a situação. Os traços que representamos (fig. 1) num desenho à câmara clara (microscópio binocular Wild M-5), parece ler-se سبتة (*Sebtah* = Ceuta). A disposição em duas linhas nada tem de surpreendente; recorde-se o exemplo, acima referido, da deslocação para a 2ª linha do *lam* de *Mānuwail*, na variante da fig. 50 de Reis ²⁹. A exiguidade do espaço no exergo, limitado pelo *ra* (ر) de *Burtuqāl*, não terá permitido ao gravador inserir os pontos (comumente omitidos noutros casos, sobretudo em palavras escritas em letras diminutas, referentes às localidades onde as cunhagens tiveram lugar). A comparação com um dos escassos dirhames de tipo almóada de Ceuta não deixa dúvidas (fig. 4). A moeda ilustrada por Gomes ³⁰ mostra o mesmo. A palavra Ceuta é clara, embora em caracteres cúficos (e não nesqui) no dirham do Califa 'Ali Ān-Nāsir Li-Dīn Allāh ben Ḥammud, que representamos para comparação (fig. 5).

A identificação do local de fabrico, Ceuta, é agora feita pela 1ª vez: as referências precedentes baseiam-se em conjunturas, excepto no que diz respeito à existência de oficina monetária em Ceuta, de onde (à parte raridades de ouro e prata) apenas saíram ceitis, bem assinalados pelas letras C ou CE, no reinado de D. Afonso V. Mais tarde, o único caso é justamente o do pretense ceitel com legenda em árabe de D. Manuel I, em causa. Referências a Ceuta constam da literatura desde Aragão ³¹, porém sem qualquer prova; foram repetidas de autor para autor, sem apreciação crítica. Aragão adivinhou, e por coincidência deu certo. Obviamente era a hipótese à partida mais provável, já que se tratava da única cidade norte-africana sob domínio português dotada de oficina monetária de certa importância.

²⁷ REIS — *Op. cit.* (v. nota 5).

²⁸ GOMES — *Op. cit.* (v. nota 5).

²⁹ REIS — *Op. cit.* (v. nota 5).

³⁰ GOMES — *Op. cit.* p. 96 (v. nota 5).

³¹ ARAGÃO — *Op. cit.* (v. nota 6).



Fig. 1 — Felce (AE) português cunhado em nome de D. Manuel I, em Ceuta. Sem data, mas provavelmente entre 1505 e 1515. Reverso: 1ª linha, desenho. A tracejado as partes reconstituídas, por comparação com espécimes figurados. A palavra *min* (= de), que precede o nome do rei, *Mānuwail*, está representada pelo *nūn* final e parte do *mīm*. Repare-se na coalescência do ponto diacrítico do *nūn* de *Mānuwail* com a haste respectiva, à semelhança do que acontece com os dois pontos sobre a haste do *tā* na 3ª linha. A 1ª linha significa «De Manuel». Muito ampliado.

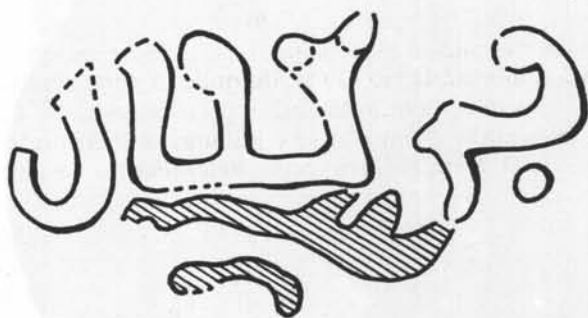


Fig. 2 — O mesmo felce. Reverso: 3ª linha, desenho. Apesar de os pontos do *Kaf* não se distinguirem, a grafia *Burtuqāl* não põe problemas. Sob esta palavra, em exergo pouco espaçoso, distingue-se a palavra *Sebtāb* (= Ceuta), em 2 linhas *Sebt/ab*. Muito ampliado.



Fig. 3 — O mesmo felce. Reverso: ver legendas das figs. 1-2. Na 2ª linha a palavra *Sultân* (= rei). Escala, aproximadamente x3. Em baixo, o mesmo com maior ampliação e iluminação diferente. Escala aproximada, x5.5. Diâmetros mínimo e máximo, 18 e 18,5 mm.



Fig. 4 — Dirham (AR) de tipo almóada, anónimo, sem data (séculos XII a ? XIV). Anverso: Cunhado em Ceuta — veja-se a palavra *Sebtah*, em letras muito pequenas, em baixo e à esquerda. Caracteres nesqui. Escala aproximada, x5. Dimensão horizontal, ca. de 14,1-14,2 mm; id. vertical, ca. 14,5 mm.



Fig. 5 — Dirham (AR) do Califa ḥammudida 'Alī An-Nāsir li-Dīn Allāh ben Hammud, datado de 407 AH (1016-1017 AD), cunhado em Ceuta. Anverso, pormenor mais ampliado (invertido) para melhor mostrar o local de cunhagem, *Medina Sebtah* (= cidade de Ceuta). Caracteres cúficos. Escala da foto completa, aproximadamente x3.5; outra (pormenor), muito ampliada. Diâmetros aprox., entre 23 e 24 mm.

3.4. Síntese e conclusões quanto à legenda

A reconstituição completa da legenda e sua tradução são como segue:

Variante, outro cunho (Reis, nº 50)	Cunho considerado típico	Transliteração	Tradução
مانو ر سلطان	من مانول سلطان	<i>Min Mānuwail</i>	De Manuel
..	برتقال	<i>Sultān</i>	Rei [de]
..	سبت	<i>Burtuqāl</i>	Portugal
..	ة	<i>Sebt</i>	Ceut
		<i>ab</i>	a

[Ceuta no exergo; tudo o mais na parte principal do campo].

As interpretações anteriores tinham por base a leitura do conceituado arabista espanhol D. Rodrigo Amador de los Rios, solicitada por Aragão à vista de desenhos ³².

منايل	— Manuel	<i>Manūl</i>
سلطان	— Rei	<i>Sultān</i>
بن برتغال	— de Portugal	<i>ben Bortughal</i>

(o ou u a seguir ao B, com *gaïn* e a breve).

Excepto em *Sultān*, a grafia é incorrecta. Nem sequer vemos na fig. 22 da est. XIV senão um pequeno traço (?) na extremidade direita da 3ª linha, que não parece interpretável e certamente não representa بن (ben ou bin, que significa *filho de*, e não *de*). A palavra é ilógica no contexto e, de facto, não existe na 3ª linha. Não aparece em nenhuma das figuras publicadas.

4. Métrica

O exemplar inédito tem diâmetros de 18,0 a 18,5 mm, espessura de 0,6 mm, e 0,78 g. Segundo Magro ³³, o peso do espécime do MNP é de 1,43 g; ceitis de D. Manuel I têm pesos da mesma ordem de grandeza (na maioria algo superiores), com desvios padrões observados de $\pm 0,31$ (mínimo) a $\pm 0,41$ (máximo). É flagrante o contraste com a diferença de 0,35 entre o exemplar inédito e o do MNP: a moeda mais leve pesa apenas 54,5% da do MNP. A diferença excede o valor do máximo desvio padrão determinado para todo o enorme conjunto de ceitis lavrados desde D. Afonso V até D. Sebastião - 0,42 num dos grupos tipológicos do reinado de D. João III ³⁴. E não se pode invocar cerceio, estado incompleto, desgaste acentuado ou corrosão com perda de matéria, no caso.

Não se tratando de moedas com pesos rebaixados significativamente, por incompletas (não o estão), pelo uso ou por alteração, os dados ponderais são os que poderíamos esperar de espécies monetárias distintas; ou, no mínimo, de

³² Id. — *Ibid.*, p. 257.

³³ MAGRO — *Op. cit.*, p. 35 (v. nota 4).

³⁴ Id. — *Ibid.*

uma emissão mais tardia, desvalorizada, com cerca de metade do peso da outra. Outros espécimes permitirão, ou não, corroborar esta hipótese.

5. Significado da moeda e sua denominação

Desde Aragão, tem-se admitido que as moedas portuguesas com legenda em árabe são ceitis. Nenhuma reserva foram expressas.

Aquela interpretação é frágil: (a) não se conhece referência coeva justificativa da designação de ceitil, (b) falta o elemento característico, de todas as numerosas emissões de ceitis, a imagem com três torres e muralhas sobranceiras ao mar, representando as fortificações de Ceuta, (c) o grande escudo coroadado, *sui generis*, na outra face, anepígrafa, é bem diferente dos de todos os ceitis típicos. Por conseguinte, diferem dos ceitis por caracteres essenciais, sobretudo pela substituição das torres, etc., pela legenda em árabe.

Pode contrapor-se que módulo e peso são da ordem de grandeza dos de ceitis de D. Manuel. O espécime inédito constitui excepção: situa-se no extremo inferior da variação ponderal, podendo corresponder, talvez, a outra denominação.

De qualquer modo, mesmo tendo em conta semelhanças quanto ao metal, módulo e peso, é forçoso concluir que se trata de uma espécie monetária distinta do ceitil. O que, aliás, não significa que os raros exemplares de proveniência conhecida (dois dos arredores de Tavira, segundo Aragão³⁵; exemplar inédito, do castelo de Alcácer do Sal) tenham corrido, passando por ceitis — tal terá sucedido com parte das emissões não perdida em Marrocos.

A designação «ceitil» é, no caso, arbitrária e não demonstrada. Nem a tradição desde Aragão constitui argumento válido para a manter. Não é, aqui, aplicável com um mínimo de rigor. Deve ser abandonada.

As emissões (há, pelo menos, três cunhos para a face com legenda, e pesos excessivamente diferentes) não terão tido muito sucesso, nem continuidade, em contraste com a notável estabilidade geral dos ceitis.

Refutada a designação de *ceitil* para as moedas em estudo, que designação lhes deve ser atribuída?

No estado actual dos conhecimentos, não vemos alternativa à designação geral árabe para moedas de cobre, há muito utilizada no Maghreb, onde muitas haviam sido emitidas outrora: *fihs* (فلس), plural *falus* (فلوس), felce e felces em português, conforme tem sido escrito na literatura numismática portuguesa. Assim devem ter sido conhecidas, ao menos pelos marroquinos.

As moedas com legenda em árabe de D. Manuel foram, de facto, *felces* emitidos para correr no Sul de Marrocos. É esta a designação mais provavelmente verdadeira, e de adoptar.

6. Objectivos da cunhagem

Entre os objectivos fundamentais da cunhagem de moeda contam-se a afirmação de soberania, prestígio/propaganda, papel na economia, obtenção de lucro.

³⁵ ARAGÃO — *Op. cit.*, p. 257 (v. nota 6).

Foi citada ³⁶ a hipótese de as moedas em causa se destinarem ao Oriente, Índia em particular, aproveitando a difusão da língua árabe naquelas paragens. Porém, não é convincente:

- o papel na economia de tão vasta e rica área seria irrelevante;
- não se vê qual o valor como afirmação de soberania;
- ao invés do que chegou a ser publicado, não tem cabimento admitir serem moeda de prestígio para propaganda junto do «povo miúdo» do Oriente; prestígio granjearam o português, o cruzado e as boas pratas que, para isso, não careceram de legenda em árabe; para o efeito, não parece que servissem modestíssimas moedas de cobre, sem tamanho, nem beleza, nem apuro de cunhagem — impróprias para impressionar fosse quem fosse;
- todas as cunhagens portuguesas no Oriente, mesmo para circular em regiões com importantes populações islâmicas, incluindo as de metal pobre, são desprovidas de escritos em árabe.

A caracterização da localidade onde foram cunhados os numismas em estudo torna insustentável aquela hipótese. Não colhe produzir moeda em Ceuta para a levar para Lisboa — onde seria natural cunhá-la, e onde não faltava quem soubesse árabe, capaz de escrever a legenda — e daí reexpedi-la para a Índia, onde não consta ter sido encontrado qualquer espécime.

A explicação verosímil é outra, a de serem cunhagens para circular nas partes de Marrocos onde os portugueses estavam instalados ou exerciam influência. Militam em prol desta interpretação (a) a tipologia das moedas, (b) o contexto económico e político regional favorável no Sul de Marrocos até depois da implantação dos portugueses, mas que viria a degradar-se em finais do reinado de D. Manuel, até à ruptura total, pouco depois, (c) as significativas trocas comerciais com os «mouros de pazes», que abasteciam as praças portuguesas antes das modificações radicais impostas pela ascensão dos saídas.

Passemos à análise daqueles pontos.

(a) Tipologia — é facto o emprego de cunhos bem diferentes dos utilizados para os ceitis. O escudo coroadado é conhecido em raros ceitis, de vários reinados; mas *sempre* com legenda em letras latinas. A falta de legenda na face com escudo, nas moedas em questão, só pode significar que não foram concebidas para circular em Portugal.

Na face mais importante, a legenda em árabe substituiu as clássicas torres, muralhas e mar. Assim, evitavam-se susceptibilidades dos mouros ao suprimir figuras (na época excluídas da numária árabe) e, sobretudo, ao eliminar forte motivo de atrito, o relembrar a conquista de Ceuta — recordação humilhante e provocação contraproducente, se se buscasse manter relações pacíficas e comércio activo. Se a cunhagem fosse destinada ao Oriente, não é óbvio que a opção fosse a de suprimir a alusão a Ceuta.

Admitindo que a circulação em Marrocos fosse o objectivo mais provável (ou quase certo), convém apreciar o caso dos pontos de vista político e económico.

(b) contexto económico e político regional — há muito, os portugueses mantinham comércio importante com o Noroeste de África, baseado em exportações pagas, em parte, em moedas de que havia abundância (em particular, os

³⁶ MAGRO — *Op. cit.*, p. 45 (v. nota 4).

apreciados duplos dinares ou dobras, dos almóadas e dinastias subsequentes, merínidas, ziânidas, háfsidas). Caravanas trans-sarianas traziam muito ouro, cujo afluxo a Portugal permitiu, reinando D. Afonso V, lançar a primeira moeda portuguesa com sucesso internacional, o cruzado.

Os almóadas (e outros) haviam emitido quantidades enormes de dirhames quadrados, provendo o mercado de abundantes peças de prata, de valor intermediário; ao ponto de, mais tarde, a produção de dirhames ter sido muito escassa (talvez devido à abundância, que não justificava novas emissões, ou à penúria de prata, sobretudo após a perda do controlo das minas andaluzas).

Existia, por conseguinte, espaço económico para a moeda de baixo valor, sucedendo aos felces (dos idríssidas, aglábidas, etc.), antes tão frequentes. A introdução de moedas de ouro ou prata portuguesas em Marrocos terá sido destituída de interesse. Ao contrário, faltavam (ou escasseavam) denominações de baixo valor.

Do ponto de vista da política, a conjuntura marroquina era caracterizada pelo domínio precário dos reis watácidas, sediados em Fez, cuja autoridade era contestada. A sua complacência com os portugueses, mais ou menos verdadeira, foi muito apregoada pelos meios islâmicos radicais; era uma fragilidade política. É certo que convergia com a política de aproximação com populações aí prosseguida por D. Manuel, e que o prestígio português foi tal que um dos derradeiros watácidas, Abū 'Abd-Allāh Muḥammad (reinou de 1504 a 1525), viveu em Portugal, devia falar português e era, talvez depreciativamente, cognominado Al-Burtuqālī, «o português»³⁷, certo é que, até certa altura do reinado de D. Manuel I, as relações com os «mouros de pazes» (com realce para os de Safim) eram aceitáveis, senão boas. Este estado de coisas foi prejudicado pela evolução política de Marrocos e, em boa parte, por acções dos portugueses.

Com efeito, foi crescendo o prestígio dos xerifes saáidas, que acabaram por conquistar Fez e expulsar os watácidas. O clima político tornou-se completamente hostil aos portugueses. O comércio quase se anulou. O abastecimento das praças portuguesas tornou-se um calvário para o erário público. Era assim, em boa parte, nos primeiros anos do reinado de D. João III, sobretudo após a conquista de Marrakesh pelos saáidas (1524). Tudo isto, conjugado com a perda de prestígio, sobretudo militar, consequente de desaires anteriores e da queda de Santa Cruz do Cabo Gué (1541), e com o poderio crescente de um império unificado, a exercer pressão económica e militar, obrigou, nesse ano, ao abandono das praças meridionais, excepto Mazagão.

A introdução de moedas de cobre portuguesas com legenda em árabe no Sul de Marrocos fazia sentido em tempos de D. Manuel, como veículo de transacções do dia-a-dia com as populações locais e como propaganda. A existência de, pelo menos, três cunhos diferentes, bem como de excessivas variações de peso (sugerindo, no mínimo, duas denominações ou emissões), mostram que não se tratou de tentativa esporádica, mas de uma política monetária consequente e que teve certa duração.

³⁷ Vide SÁENZ-DIEZ, J. I. — *Acuñaiones de los Reyes Marroquies relacionados con la corona de Portugal (1500-1578)*, in III Congresso Nacional de Numismática: Actas. Lisboa, 1985 p. 447-460.

O papel destas moedas desvaneceu-se poucos anos depois. Seria nulo depois de 1524. A introdução de felces portugueses cessou, por inútil.

7. Caso de aljâmia

Há muito, eram conhecidos textos em castelhano escritos com alfabeto árabe. Deste modo, leitores de fala árabe podiam pronunciar, com aproximação razoável, a língua de Castela. Este fenómeno linguístico é designado de aljâmia. Menor contacto com povos islâmicos e a assimilação dos muçulmanos que restaram após a Reconquista não favoreceram a génese de aljâmias portuguesas, que se supunha nunca terem existido; David Lopes mostrou que as houve, com base em textos do século XVI provenientes das praças portuguesas de Marrocos ³⁸.

A legenda das moedas em apreço é um pequeno texto em parte aljamiado, de que são exemplo as palavras *Mānuwail* e *Burtuqāl*.

Além do interesse numismático (já que são tipo único na numária portuguesa, inofismavelmente distinto dos ceitis — grupo onde tem sido incluído, sem justificação), as moedas de que tratamos são valiosos documentos acerca de um dos mais ricos períodos da História de Portugal.

8. Conclusões

O estudo que apresentamos diz respeito a moedas portuguesas com legenda em árabe. Baseia-se em dados bibliográficos e num espécime inédito. As conclusões são as seguintes.

1. As traduções publicadas não são inteiramente rigorosas; divulgamos, agora, a legenda completa, incluindo palavras lidas e justificadas pela 1ª vez — *min* (=de) no início, e *Sebtah* (= Ceuta) no exergo.
2. A legenda é um pequeno texto em parte aljamiado, da mesma época que os raros exemplares de aljâmia portuguesa conhecidos.
3. Demonstra-se, pela 1ª vez, a atribuição a Ceuta, admitida sem provas desde Aragão ³⁹.
4. Há pelo menos três cunhos, pouco diferentes, para a legenda.
5. Os pesos do espécime inédito e do MNP são muito diferentes, quase do simples ao dobro, o que excede as amplitudes ponderais verificadas nos ceitis. Este facto sugere, sem prova suficiente, a existência de duas espécies monetárias distintas (unidade e dupla unidade ?); ou, talvez melhor, de duas emissões, sendo a mais leve, depreciada, a mais recente.
6. Apesar da possível compatibilidade de módulo e peso relativamente aos ceitis contemporâneos, profundas diferenças em ambas as faces conjugadas com a ausência de quaisquer referências coevas torna arbitrária a classificação como ceitis (que tem sido aceite, sem reserva).

³⁸ Cf. SIDARUS, A. — *Os estudos árabes em Portugal (1772-1962)*, in SIDARUS, A., ed. — *Islão e Arabismo na Península Ibérica: Actas do 11º Congresso da União Europeia de Arabistas e Islamólogos*. Évora, Universidade de Évora, 1986 p. 37-54.

³⁹ ARAGÃO — *Op. cit.* (v. nota 6).

7. A designação de *ceitil* não é aplicável, no caso: trata-se de espécie monetária distinta que, no desconhecimento de designação coeva, deve ser denominada *felce*. Terá sido este o nome pelo qual seria designada pelos «mouros de pazes», presumíveis utentes de tais moedas juntamente com os portugueses com quem comerciavam.

8. É refutada a hipótese de as emissões terem sido efectuadas para circular no Oriente, por razões de prestígio e/ou propaganda.

9. As emissões parecem ter sido destinadas a circular na parte meridional de Marrocos com objectivos económicos, e em relação com expansão portuguesa no reinado de D. Manuel I (1505 a 1515, aproximadamente). O principal objectivo terá sido o fornecimento de dinheiro miúdo, adequado para o comércio corrente com os marroquinos; a escassez de cunhagens de cobre em Marrocos, ao tempo, pode ter criado uma lacuna facilitando a penetração dos felces portugueses nos mercados locais.

10. A utilidade dos felces portugueses no Sul de Marrocos terá sido efectiva entre cerca de 1505 (conquista de Santa Cruz do Cabo Gué/Agadir) até, no limite, 1524 (conquista de Marrakesh pelos saídas, tendo praticamente cessado as trocas comerciais), embora a situação tivesse vindo a deteriorar-se havia alguns anos. Os felces portugueses tornaram-se inúteis, e a sua produção terá cessado ainda durante o reinado de D. Manuel.

11. Embora as moedas não tenham indicação de data, terão certamente sido cunhadas entre 1505 e 1521 (morte de D. Manuel), quiçá mais perto daquela data, ainda em fase de expansão; o intervalo a que terão correspondido as cunhagens terá sido, aproximadamente, entre 1505 e 1515.